

CONGRESSO

Relatório da proposta pode ser votado hoje, e Conselho Nacional dos Corregedores Gerais dos MPs se sente alijado. Estratégias estão sendo avaliadas para que texto não siga adiante

PEC da Vingança rumo à judicialização

» CRISTIANE NOBERTO

O relatório da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 05/21, conhecida como “PEC da Vingança”, poderá ser votado, hoje, na Câmara dos Deputados. A fim de impedir que a matéria seja analisada como está, corregedores da União estão em Brasília tentando abrir diálogo com o parlamento. Ontem, o Conselho Nacional dos Corregedores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNCGMP) afirmou que foram procurados para ajudar na formulação da proposta e nem para dirimir dúvidas técnicas. Por conta disso, são grandes as possibilidades de, caso a PEC avance, a categoria judicialize a questão no sentido de evitar que seja aprovada pelo Congresso.

De acordo com a presidente do Conselho e corregedora-geral do Rio de Janeiro, Luciana Sapha Silveira, a ausência do diálogo com os corregedores, maiores afetados pela proposta, “destrói” a instituição. “A aprovação da PEC 5, nesses termos, vai desconfigurar o Ministério Público de tal forma que a sociedade não vai mais reconhecê-lo. A atuação independente e forte, como se teve desde 1988, não vai mais existir. Isso não é um aperfeiçoamento, é a destruição da instituição. Não fomos chamados nem para concordar com o que quer que seja”, afirmou.

Para Celso Jerônimo de Souza, corregedor-geral do Acre, toda alteração deve ser primeiro aperfeiçoada e, para isso, é preciso um diálogo para entender as falhas. “Não seríamos contra que se modificasse a Constituição se de fato fizesse sentido. Na nossa visão, isso não aperfeiçoa, isso destrói a instituição. A sociedade pode estar interessada

Agência Câmara



CNCGMP afirma que Paulo Magalhães, relator da PEC, não buscou contribuição dos corregedores-gerais

nisso, mas não sei se foi consultada se prefere que a instituição seja desmantelada”, criticou.

A corregedora-geral do Maranhão, Themis Pacheco de Carvalho, afirma que é essencial que o Congresso ouça o Conselho. “Essa é nossa luta: mostrar para o legislador que essas alterações não são necessárias. Estão querendo fazer uma reforma numa casa sem consultar o dono”, afirmou.

Em publicação no twitter, ontem, o ex-ministro da Justiça Sergio Moro afirmou que os promotores poderão sofrer “retaliações” e “punições” quando estiverem investigando pessoas poderosas ou com influência política. “Você acha que o promotor vai conseguir realizar o seu trabalho sem medo de sofrer retaliações ou punições? Essa proposta não é boa

para o Brasil. Tirar a independência do ministério público é desproteger a sociedade. É deixar as vítimas daqueles crimes vulneráveis”, disse.

Na última semana, o relator da proposta na Câmara, Paulo Magalhães (PSD-BA), se reuniu com entidades e conselhos de representantes dos membros do MP para elaborar o relatório, mas segundo o CNCGMP, os corregedores não foram ouvidos. O texto apresentado ao Congresso no começo do ano, impõe alterações no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) — como a composição do colegiado, ao ampliar o número de integrantes indicados pelo Congresso. Outra mudança proposta é dar ao Parlamento a prerrogativa de indicar o corregedor do Ministério Público.

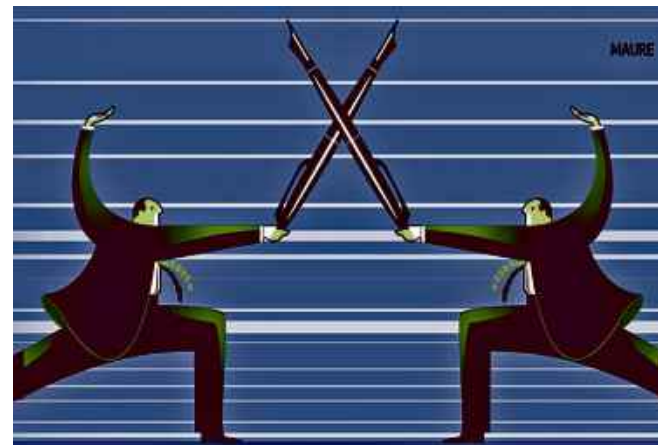
» STF nega habeas corpus a Zé Trovão

O Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou o habeas corpus pedido pela defesa do caminhoneiro Marco Antônio Pereira Gomes, o Zé Trovão. Ele é investigado em um inquérito da Procuradoria-Geral da República (PGR) que apura a incitação dos atos antidemocráticos no último de 7 de Setembro. Sete ministros votaram com o relator, ministro Edson Fachin, pela manutenção da prisão: Ricardo Lewandowski, Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Luiz Fux, Dias Toffoli e Rosa Weber — Alexandre de Moraes se declarou impedido de votar no caso. Zé Trovão estaria escondido no México, para onde fugiu depois que teve a prisão preventiva decretada.



Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br



CPI tropeça no sucesso

O sucesso da CPI da Covid parece que subiu à cabeça dos seus principais integrantes, na reta final dos trabalhos. O desentendimento público entre o presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM), e o relator da comissão, senador Renan Calheiros (MDB-AL), às vésperas da apresentação de seu relatório final, não tem nenhuma explicação plausível, a não ser a fogueira das vaidades. Não se trata apenas do vazamento do teor do relatório, que supostamente indicaria 51 pessoas, entre as quais o presidente Jair Bolsonaro, em 11 crimes, de responsabilidade a genocídio, além de seus filhos. Há divergências de conteúdo.

Aziz reclamou, com razão, de não ter tomado conhecimento do relatório a não ser pelos jornais e também ponderou que não seria prudente, para evitar a judicialização de sua aprovação, que fosse lido na terça-feira e aprovado no dia seguinte. “É do conhecimento do relator que tinha divergência em relação ao genocídio. Então, vazou esse relatório sem saber que a gente queria discutir essa questão”, afirmou. Aziz também contesta sugestões de indiciamento pelo crime de genocídio contra povos indígenas.

Ex-governador do Amazonas, Aziz conhece bem a questão indígena. O Amazonas é o estado que mais possui etnias no país. “Todos os índios tiveram, sem exceção, duas doses (de vacina)”, argumenta. Um relatório paralelo divulgado pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) corrobora o entendimento do presidente da comissão. Delegado de polícia civil, o parlamentar sergipano avalia que só existem provas robustas para indiciar o presidente Bolsonaro em crime de responsabilidade (art. 7º, número 9, da Lei 1.079/50); crime de epidemia (art. 267 do Código Penal); infração de medida sanitária preventiva (art. 268 do Código Penal); incitação ao crime (art. 286 do Código Penal); e crime contra a humanidade (art. 7º do Estatuto de Roma).

O ex-ministro da Casa Civil Walter Braga Netto, hoje ministro da Defesa, e o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, segundo Alessandro, só poderiam ser indiciados por crime de responsabilidade, crime de epidemia e crime contra a humanidade. O ex-secretário executivo do Ministério da Saúde Elcio Franco, em crimes de epidemia e contra a humanidade. Estão no rol de suas sugestões para indiciamento os ministros da Economia, Paulo Guedes, e da secretaria-geral da Presidência, Onyx Lorenzoni, e os ex-ministro de Relações Exteriores Ernesto Araújo e da Cidadania Osmar Terra (MDB-RS), além do deputado Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Câmara, e alguns militares e médicos que atuaram na cadeia de comando do SUS — a maioria por causar epidemia, crime contra a humanidade e/ou incitar ao crime.

“O desentendimento entre o presidente da CPI e seu relator racha o chamado ‘grupo dos sete’, a maioria formada no âmbito da comissão, que garantiu o êxito do seu trabalho”

ELEIÇÕES

Doria e Leite ampliam alianças fora do PSDB

Em clima de disputa feroz, o PSDB promove, hoje, o primeiro debate das prévias internas com os três pré-candidatos à Presidência da República — João Doria, Eduardo Leite e Arthur Virgílio Neto. Mas, ao mesmo tempo em que buscam os votos dos filiados e farão do evento a possibilidade de conquistar os indecisos, os governadores de São Paulo e do Rio Grande do Sul mantêm articulações políticas além dos limites partidários.

Nesse caso, a disputa é sobre quem está mais bem posicionado para liderar uma terceira via em 2022. Doria e Leite têm dividido a agenda entre os convencionais e encontros com empresários e lideranças de outras legendas.

O gaúcho investe no apoio do ex-ministro Gilberto Kassab, presidente do PSD, e de ACM Neto — que está à frente do processo de fusão das legendas e criação do União Brasil. O entorno de Leite age para aproximá-lo do apresentador José Luiz Datena (PSL) e de representantes do empresariado paulista.

Já Doria mantém linha direta com o ex-ministro Sergio Moro, estreitou a relação com o MDB e outros partidos de sua base no Estado — como Solidariedade, PL, PV e Avante — e comemorou o apoio explícito do presidente da holding que controla o banco Itaú, Alfredo Setubal.

Com agendas cada vez mais frequentes em São Paulo, Leite participou de um jantar, domingo, com cerca de 100 convidados na capital paulista. Entre os presentes ao evento, organizado pe-

Governo do Estado de São Paulo/Divulgação



Antes aliados, os governadores se enfrentam em busca dos indecisos

lo grupo Esfera Brasil, estavam empresários próximos a Doria desde os tempos que ele presidia o Grupo de Líderes Empresariais (Lide), como Luiza Trajano, presidente do conselho do Magazine Luiza, e Claudio Lottenberg, do conselho do Albert Einstein.

Chamou atenção no evento a presença dos prefeitos de Jacareí e

São José dos Campos, duas grandes cidades paulistas governadas pelo PSDB. No dia 22, Leite vai participar de outro almoço com empresários, desta vez no Rio de Janeiro.

Conversas

Doria almoçou, ontem, com o presidente do Itaú-Unibanco,

Milton Maluhy, e a diretoria do banco. O secretário de Projetos e Ações Estratégicas, Rodrigo Maia, estava presente. O ex-presidente da Câmara viajou a São Paulo também com a missão de aproximar lideranças do Congresso e de outros partidos do governador.

Na sexta-feira, Doria participou do 10º encontro com empresários em um evento do Lide na capital. E na viagem que fez para Minas, em setembro, o paulista participou de um ato em Belo Horizonte com centenas de empresários e poucos tucanos. No dia seguinte, esteve em um evento organizado pelo prefeito de Betim, Vittorio Medioli (sem partido), com políticos e lideranças de diversas siglas. Na ocasião, o deputado Aécio Neves ironizou os encontros e disse que o paulista faz campanha onde não tem voto.

A divisão no PSDB ficou evidente após as alfinetadas desferidas por Leite a Doria. Aliados do paulista, contudo, afirmam que ele não deve responder às provocações. Os dois, porém, votaram no presidente Jair Bolsonaro, em 2018, e, embora se digam arrependidos, deverão ser cobrados por isso.

O governador paulista chegou a desistir do debate argumentando que o partido não detalhou as regras com antecedência e que “o formato não permitiu o entendimento entre todos”, favorecendo enfrentamentos. Mas, no sábado, recuou da decisão. (Colaboraram Ingrid Soares e Cristiane Noberto)